PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE CUIABÁ
ACC 0000898-61.2019.5.23.0008
AUTOR: CARLOS EDUARDO NUNES ARRUDA
RÉU: SINDICATO DOS EMPREG NO COM DE BARES, REST. PIZZ. CHURR.
LANCH. BOATES, SORV. MARM. CONV. CHOP. PEIX. FAST FOOD, COZ.
COL E BUF. DE MT, COMISSÃO ELEITORAL DO SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO COMÉRCIO, BARES, RESTAURANTES,
CHURRASCARIAS, PIZZARIAS, LANCHONETES, BOATES, SORVETERIAS,
MARMITARIAS E OUTROS DO ESTADO DE MATO GROSSO

S E N T E N Ç A

I – RELATÓRIO.

O autor (Carlos Eduardo Nunes Arruda) ajuizou em 27.08.2019 **Ação de Obrigação de Não fazer c/c liminar n. 0000706-52.2019.23.0001** em face da Comissão Eleitoral do Sindicato do Comércio de Bares, Restaurante, Churrascarias, Pizzarias, Lanchonetes, Boates, Sorveterias, Marmitarias, Conveniências, Choperias, Peixarias, Fast-food, Cozinhas Coletivas e Buffet do Estado de Mato Grosso – SINDICOMBARES-MT, na pessoa do Sr. Noel Inácio da Silva e do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Bares, Restaurantes, Churrascarias, Pizzarias, Lanchonetes, Boates, Sorveterias, Marmitarias, Conveniências, Choperias, Peixarias, Fast-food, cozinhas coletivas e Buffet do Estado de Mato Grosso – SINDICOMBARES-MT, alegando diversas violações estatutárias no processo eleitoral, motivo pelo qual postulou fosse proibida a realização da eleição e nulidade do Edital, bem como que fosse determinada a Constituição de Comissão Eleitoral nos termos do Estatuto, ou, nomeação de interventor por parte do Juízo para a condução de um novo procedimento eleitoral (ID8e23782 – autos 0000706-52.2019.23.0001). Atribuiu à causa o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Foi deferida liminar a qual suspendeu a eleição para cargos da diretoria do Sindicato réu (30.08.2019) e a anulação do respectivo edital. (ID2bfcc65 – autos 0000706-52.2019.23.0001). O réu apresentou sua defesa (ID815ae2) na qual reconhece a existência de erros no edital, bem como afirma que tais irregularidades foram sanadas, alega que há exagero por parte do autor e que este é movido por interesses alheios ao processos, relacionados a suposta retaliação em razão da dispensa, por justa causa, de ex empregada do sindicato em Rondonópolis, bem como impugna o valor atribuído à causa.

O autor impugnou a defesa, conforme consta na Ata de Audiência (ID4727198 - autos 0000706-52.2019.23.0001). O autor deixou transcorrer *in albis* o prazo outorgado nos

autos 0000706-52.2019.23.0001 para impugnar a constituição da comissão eleitoral, consignado na Ata de Audiência (ID4727198 - autos 0000706-52.2019.23.0001).

O autor ajuizou, em 21.10.2019, **Ação Declaratória de Nulidade de Procedimento eleitoral de Inelegibilidade c/c Tutela de Urgência, autos n. 0000898-61.2019.5.23.0008**, em face da comissão eleitoral do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BARES, RESTAURANTES, PIZZARIAS, CHURRASCARIAS, LANCHONETES, BOATES, SORVETERIAS, MARMITARIAS, CONVENIÊNCIAS, CHOPERIAS, PEIXARIAS, FAST FOOD, COZINHAS COLETIVAS E BUFFETS DO ESTADO DE MATO GROSSO – SINDICOMBARES-MT e do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BARES, RESTAURANTES, PIZZARIAS, CHURRASCARIAS, LANCHONETES, BOATES, SORVETERIAS, MARMITARIAS, CONVENIÊNCIAS, CHOPERIAS, PEIXARIAS, FAST FOOD, COZINHAS COLETIVAS E BUFFETS DO ESTADO DE MATO GROSSO – SINDICOMBARES-MT na qual alega que intenciona ser candidato às eleições sindicais do Sindicato réu, cujas eleições ocorreriam em 30.08.2019, todavia, foi deferida liminar nos autos 0000706-52.2019.5.23.0001, que determinou a suspensão do certame.

Alega ainda, nos autos **n. 0000898-61.2019.5.23.0008** que o sindicato réu reincide na inobservância dos preceitos estatutários em seu procedimento eleitoral. Relata que em 19.09.2019, a ré publicou novo Edital de Convocação para as Eleições, no Jornal Diário de Cuiabá, página E2, porém não indicou os prazos previstos no Estatuto, não indicou a localização das urnas e não disponibilizou a lista de associados aptos a votar.

O autor prossegue relatando que protocolou seu pedido de candidatura em 25.09.2019, porém não teve acesso aos autos, nem obteve todas as informações necessárias para acesso ao procedimento eleitoral.

O autor alega ainda que 05.10.2019 tomou conhecimento, informalmente, que sua chapa foi indeferida, e no dia 06.10.2019 requereu informações acerca do procedimento administrativo eleitoral, inclusive requereu acesso aos documentos da chapa adversária homologada. Porém, no dia 01.10.2019, foi informado que a análise da chapa era restrita à comissão eleitoral, o que retirou do autor a possibilidade de impugnar, maculando seu direito de contraditório e ampla-defesa, sendo que possui conhecimento de que a Chapa (CONTINUIDADE E TRABALHO) admitida pela comissão eleitoral não reúne os requisitos mínimos estatutários, uma vez que há anos está gerindo o Sindicato, sem ter realizado a prestação de contar, conforme art. 21 do Estatuto.

Ademais, afirma ainda que não teve oportunidade de se manifestar acerca do indeferimento de sua chapa, motivo pelo qual protocolou Recurso Administrativo. Requer seja confirmada a liminar proibindo a realização da Eleição, em razão da nulidade do EDITAL, bem como requer seja determinada a constituição de uma Comissão Eleitoral nos Termos do Estatuto, ou interventor judicial para que conduza novo procedimento eleitoral, que garanta a lisura do procedimento e o cumprimento das normas estatutárias, requer ainda a inelegibilidade dos membros do mandato anterior, haja vista a prática de conduta antisindical. (ID3995a51- Autos n. 0000898-61.2019.5.23.0008)

Em 30.10.2019, o então juiz titular da 1ª Vara do Trabalho de Cuiabá, Dr. Wanderley Piano da Silva deferiu liminar em antecipação de tutela (IDb2f99a9- 0000898-

61.2019.5.23.0008) em que determinou a suspensão das eleições e a nulidade do edital de convocação das eleições previstas para 31.10.2019.

Os réus nos autos n. 0000898-61.2019.5.23.0008 apresentaram contestação (ID35b72bc), onde afirma que o autor está convencendo o juízo “pelos gritos”, ao criticar o deferimento da liminar pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Cuiabá, refuta as alegações do autor no que tange a constituição da comissão eleitoral e relata que houve a constituição de comissão eleitoral pela Central Sindical (Força Sindical), mas uma vez impugna o valor atribuído à causa, reitera que houve publicação do edital em jornal de ampla circulação e que o autor deixou transcorrer in albis o prazo para impugnação da constituição da comissão eleitoral nos autos n. 0000706-52.2019.5.23.0001), argumental ainda que a previsão estatutária de inelegibilidade refere-se a recusa das contas, sendo indiferente se houve ou não prestação de contas, motivo pelo qual entende que não se enquadra no art. 66, “c” do Estatuto da entidade sindical. Por fim, afirma que era imperiosa a prorrogação do mandato, pois a entidade sindical está em funcionamento, sofrendo interpelações judiciais e outras necessidades administrativas.

O autor apresentou impugnação IDf6dbc18, nos autos 0000898-61.2019.5.23.0008, na qual afirma que o jornal de ampla circulação seria o da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO – IOMAT, bem como que há confissão quanto a inelegibilidade de membros da chapa homologada, pela não apresentação das contas da gestão anterior, bem como que houve prorrogação de mandato ao arrepio da previsão estatutária.

O réu apresentou a petição de ID 80f039d - 0000898-61.2019.5.23.0008, no dia 18.12.2019 (um dia antes do recesso forense), na qual postula fosse reconhecida a validade da comissão eleitoral formada pela Central Sindical (força sindical), sendo certo que na mesma data foi proferido o DESPACHO de ID 3d13532 **no qual o magistrado reconheceu cumprido o art. 56 do Estatuto e liberada a convocação de novas eleições.**

Em 03.02.2020 foi realizada audiência de instrução no processo **0000898-61.2019.5.23.0008 (ID4abaf4f), onde foi dispensado o depoimento pessoal das partes, bem como realizada a oitiva de uma testemunha indicada pelo autor Sr. Nivercino Santana de Almeida, que ratificou a informação de que integrou o conselho fiscal do Sindicato nos últimos cinco anos e que não houve a respectiva prestação de contas ao conselho.**

Recusadas as propostas conciliatórias foi encerrada a instrução processual, do processo n. 0000898-61.2019.5.23.0008. O autor atravessou petição juntando mídia que segundo relata comprova a negativa da comissão eleitoral em receber a impugnação da chapa homologada, IDb540fef. Em sede de memoriais, o sindicato réu afirma que o Sr. Sidney da Silva era o único administrador financeiro (conforme documento que apresenta) e que irá apresentar as contas no prazo de 40 (quarenta) dias, também alega que não há pedido de nulidade do Estatuto, sendo impossível utiliza-lo para prejudicar a condição de elegibilidade do Sr. Sidney – IDe086fd4.

O autor ajuizou em 06.02.2020 **ajuizou Ação de Impugnação de Chapa c/c tutela antecipada (IDbcf17d3 dos autos - 0000072-98.2020.5.23.0008)** em face da comissão eleitoral do Sindicato dos Empregados no Comércio de Bares, Restaurantes, Pizzarias, Churrascarias, Lanchonetes, Boates, Sorveterias, Marmitarias, Conveniências,

Choperias, Peixarias, Fast food, Cozinhas Coletivas e Buffets do Estado de Mato Grosso – SINDICOMBARES-MT, que tem como presidente Jomer Lauro de Arruda e da chapa 01 denominada TRABALHO E RESPEITO, na pessoa do presidente Jomer Lauro de Arruda. Relata que a comissão eleitoral publicou edital de convocação para Eleições no dia 07.01.2020 no jornal da IOMAT pg. 110, porém sem cumprir os prazos estatutários, além indeferir a candidatura da chapa 2, após o recurso administrativo apresentado pelo autor. Alega que foi concedido prazo maior que o previsto no Estatuto para que a chapa 1 apresentasse sua impugnação, também afirma a decisão da impugnação foi realizada após o prazo estatutário, ademais, afirma que a chapa 01, nos termos do art. 63 do Estatuto Social, não é elegível, pois não houve aprovação de contas, eis que sequer foram apresentadas.

Ademais, afirma nos autos - 0000072-98.2020.5.23.0008 que há candidatos da chapa 01 que são representados pelo SINDECOMBARES SUL, que representa a categoria dos trabalhadores em Rondonópolis e região. Alega ainda que o candidato JOMER LAURO DE ARRUDA seria inelegível em razão da não apresentação das contas das diretorias anteriores, as quais já integrou ocupando as funções de tesoureiro, vice-presidente e membro do conselho fiscal. Alega ainda que o Sr. Jomer apresentou comprovante de residência em Rondonópolis, que a empresa a qual comprovou o vínculo está “baixada” perante a Receita Federal, bem como fechada conforme fotos que apresentada, bem como atua como pastor evangélico e tem uma empresa aberta em Rondonópolis a GASTRO DO CHEF – Jomer Lauro de Arruda (CNPJ 25.099.439/0001-44), sendo portanto representante da categoria econômica e não laboral.

Prossegue relatando que os candidatos: MORGANNA ARYADNE DE MORAES FONSECA, ALEDSON OLIVEIRA DA SILVA e GREICE STEFANY DE JESUS LIMA não trouxeram as respectivas carteiras de trabalho a fim de comprovar o vínculo empregatício e função com a empresa Arcos Dourados (Mc Donalds), afirma ainda que os empregados da Mc Donalds não são filiados ao sindicato réu.

Quanto ao candidato FÁBIO JUNIOR GOMES DE FREITAS, EZILENE DE JESUS PRADO MARTINS, afirma que ambos são representados pelo SINDICOMBARES-SUL, e o primeiro é inelegível por não ter apresentado contas quando foi membro da diretoria anterior, como integrante do conselho fiscal e o segundo apresentou carteira de trabalho sem vínculo ativo.

Quanto ao candidato EMANUEL TORRES MARTINS, assevera que apresentou contribuição como autônomo, motivo pelo qual não pertence a categoria representativa do SINDICOMBARES. Também alega inelegibilidade pela não apresentação de contas, uma vez que foi suplente do conselho fiscal em gestão anterior.

Quanto aos candidatos: JOSUÉ ROSA DE MATOS e FRANCISCA DO NASCIMENTO SOUZA, afirma que ambos não pode concorrer às eleições sindicais, visto serem representado pelo SINDICOMBARES SUL.

Prossegue requerendo a nulidade do Edital Publicado em 04.09.2019, pelo vícios apontados na petição inicial dos autos 0000072-98.2020.5.23.0008, bem como pela inelegibilidade da diretoria anterior.

O autor assevera que resulta demonstrado que o Presidente do Conselho Fiscal da gestão anterior (2015-2019) declarou que nunca prestou contas ou apresentou plano orçamentário na sua gestão infringindo os artigos 21, 48 e 49 do Estatuto Social, caracterizando improbidade na gestão sindical. Ademais, alega que o art. 530 da CLT é claro quando afirma que não podem ser eleitos os que não tiverem contas aprovadas em sua gestão.

Foi deferida liminar em antecipação de tutela, IDfb53a4a dos autos n. 0000072-98.2020.5.23.0008, a qual determinou a suspensão das eleições sindicais designadas para 07.02.2020, houve determinação de tramitação em conjunto dos autos que versam sobre o mesmo objeto, a reabertura da instrução nos autos n. 898-61.2019 para que se oficiasse ao MPT, em razão da presença de interesses meta individuais da classe trabalhadora, com relação a garantia da liberdade sindical.

O réu alegou a incompetência do juízo, ID3498852 - 0000072-98.2020.5.23.0008, porque “o Sindicato não faz parte do polo passivo da inicial”, bem como porque o conteúdo do art. 114, III da CF/88 não se aplica a hipótese vertente.

Em contraposição a decisão acima, o réus apresentaram Exceção de Suspeição em face desta magistrada (IDd67e97e – 0000898-61.2019.5.23.0008), fundamentados em suposta parcialidade, todavia, o Egrégio TRT, em seu mérito, julgou improcedente o expediente, IDb52d7e4 – dos autos 0000072-98.2020.5.23.0008). O autos 0000072-98.2020.5.23.0008 ficaram sobrestados, aguardando o julgamento do processo 0000898-61.2019.5.23.0008, que irá concentrar as decisões, conforme decisão de IDfff6630.

Na mesma data foi deferida liminar em Mandado de Segurança (0000019-44.2020.5.23.0000 – ID53799af - 0000072-98.2020.5.23.0008) pelo douto juiz convocado Aguiar Martins Peixoto que autorizou a realização das eleições pelo Sindicato réu, todavia, o *mandamus* em seu mérito DENEGOU a segurança, consoante decisão da Desembargadora relatora Dra. Eliney Bezerra Veloso - ID82aa0b4 – 0000072-98.2020.5.23.0008, entendendo que a tutela provisória de urgência exarada por este Juízo estava em conformidade com os postulados da razoabilidade e proporcionalidade, não justificando a suspensão de seus efeitos, tampouco sua cassação.

O autor ajuizou em 07.02.2020, o 0000070-28.2020.5.23.0009 **ação de obrigação de fazer c/c tutela de urgência em face da ré** alegando que foi publicado um novo edital de convocação de Eleições no dia 07.01.2020, no jornal da IOMAT (fl. 110), porém não foi cumprido os prazos estatutários, bem como impedida a candidatura do autor, em clara retaliação à sua pessoa. Alega que a chapa concorrente não apresenta os requisitos mínimos previstos no Estatuto para concorrer às eleições do sindicato, uma vez que está há anos na gestão do Sindicato e nunca realizou uma assembleia de prestação de contas, tal como requer o art. 21 do Estatuto. **O pedido liminar resultou não apreciado em face da decisão liminar deferida nos autos 0000072-98.2020.5.23.0008.**

Importante esclarecer que todos os demais processos resultaram suspensos, para que seja proferida decisão em conjunto, nos autos n. 0000898-61.2019.5.23.0008.

Os autos 0000898-61.2019.5.23.0008 vieram conclusos para julgamento, todavia, este juízo entendeu pela necessidade de reabrir a instrução, conforme Despacho de ID0f3e650, em razão da ausência de manifestação do Ministério Público do Trabalho. O Parquet

laboral, por sua vez, manifestou nos autos conforme petição de ID2bcac43 – autos 0000898-61.2019.5.23.0008.

As partes atravessaram petições, com documentos, após o encerramento da instrução processual.

Vieram os autos conclusos para julgamento.

É o relatório.

DECIDO.

II – FUNDAMENTAÇÃO

2.1 INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO TRABALHISTA ALEGADA NO PROCESSO 0000072-98.2020.5.23.0008

O réu alegou a incompetência do juízo, ID3498852 - 0000072-98.2020.5.23.0008, porque “o Sindicato não faz parte do polo passivo da inicial”, bem como porque o conteúdo do art. 114, III da CF/88 não se aplica a hipótese vertente.

Não assiste razão aos réus, pois consta do polo passivo da demanda 0000072-98.2020.5.23.0008: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BARES, RESTAURANTES, PIZZARIAS, CHURRASCARIAS, LANCHONETES, BOATES, SORVETERIAS, MARMITARIAS, CONVENIÊNCIAS, CHOPERIAS, PEIXARIAS, FAST FOOD, COZINHAS COLETIVAS E BUFFETS O ESTADO DE MATO GROSSO –SINDECOMBARES-MT e CHAPA 1 – TRABALHO E RESPEITO, portanto ao contrário do que alega o SINDICOMBARES é parte indicada no polo passivo do processo.

Diante do exposto, REJEITO o pedido de incompetência material do Juízo trabalhista, pois nos termos do art. 114, III da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.

2.2 IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

Os réus apresentaram impugnação ao valor atribuído à causa, nos autos 0000898-61.2019.5.23.0008 e 0000706-52.2019.5.23.0001, sob o argumento de que se questiona a validade do edital de eleições, cujo valor da publicação é de R\$200,00, motivo pelo qual requer que seja fixado o valor da causa em um salário mínimo.

REJEITO a alegação dos réus, pois o valor da causa não está relacionado ao valor da publicação do Edital de Eleições, pois se tratando de ações que visam a impugnação do procedimento eleitoral, bem como a inelegibilidade de membros do sindicato, bem como a determinação de deflagração de novo procedimento eleitoral, com respeito as regras estatutárias, bem se vê que se trata de valor inestimável, portanto, entendendo razoável o valor atribuído pelo autor, motivo pelo qual REJEITO o pedido da parte ré, quanto a impugnação ao valor da causa.

2.3 MERITO

O autor relata que é candidato as eleições sindicais do sindicato réu e que por verificar irregularidades no Edital de Publicação protocolou ação anulatória com pedido liminar autos n. 0000706-52.2019.5.23.0001, cuja liminar foi deferida anulando o procedimento eleitoral cuja eleição ocorreria em 30.08.2019.

Afirma que o sindicato continua a todo custo, ignorando os preceitos estatutários. Que o réu publicou novo Edital de Convocação no dia 19.09.2019, porém não indicou os prazos previstos no Estatuto, não indicou a localização das urnas e não disponibilizou a lista de associados aptos a votar. O autor alega que mesmo diante das irregularidades narradas, protocolizou sua candidatura em 25.09.2019, porém não teve acesso aos autos e não obteve resposta de seu pedido de que fosse fornecida todas as informações necessárias para acesso ao processo eleitoral.

Que em 05.10.2019, tomou conhecimento verbal de que sua chapa foi indeferida, sendo que no dia 06.10.2019 requereu novamente informações sobre o processo administrativo eleitoral, inclusive o acesso a documentação da chapa adversária, que foi homologada, porém no dia 07.10.2019 recebeu a informação que tais documentos eram restritos à Comissão Eleitoral. Relata ainda que o réu enviou cópia dos Editais de Eleição, de encerramento de chapa e homologação, no último dia de impugnação. Alega que o não fornecimento da documentação da chapa adversária impossibilitou ao autor o direito de impugnar/manifestar acerca do tramite do processo eleitoral, sendo tolhido seu direito de defesa.

O autor alega ainda que a comissão eleitoral está inviabilizando sua participação no certame eleitoral, bem como que sua composição não atende ao previsto no Estatuto Social, art. 56. Afirma que solicitou acesso aos documentos da comissão eleitoral, todavia apenas lhe enviaram a qualificação escrita, sem os respectivos documentos. Assevera também que a comissão eleitoral não permite o acesso do autor no sindicato e no processo eleitoral, fato este que tem dificultado seu direito à ampla defesa.

Os réus, em apertadíssima síntese e reportando-me ao Relatório no particular, alegam que cumpriram as disposições estatutárias, em especial, porque o Estatuto art. 66, “c” não prevê a inelegibilidade para não apresentação de contas e sim para recusa de contas.

Passo a decidir.

A discussão central do litígio é a legalidade da diretoria eleita para administração do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BARES, RESTAURANTES, PIZZARIAS, CHURRASCARIAS, LANCHONETES, BOATES, SORVETERIAS, MARMITARIAS, CONVENIÊNCIAS, CHOPERIAS, PEIXARIAS, FAST FOOD, COZINHAS COLETIVAS E BUFFETS O ESTADO DE MATO GROSSO –SINDECOMBARES-MT. Alega o autor, dentre outros argumentos, que os atuais dirigentes não atendem os requisitos legais de elegibilidade, bem assim que cometem práticas anti-sindicais.

Verifica-se que o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BARES, RESTAURANTES, PIZZARIAS, CHURRASCARIAS, LANCHONETES, BOATES, SORVETERIAS, MARMITARIAS, CONVENIÊNCIAS, CHOPERIAS, PEIXARIAS,

FAST FOOD, COZINHAS COLETIVAS E BUFFETS O ESTADO DE MATO GROSSO –SINDECOMBARES-MT já consta com nova direção, estando o cargo de diretor sindical ocupado pelo Sr. JOMER LAURO DE ARRUDA, consoante documentos de ID28906ee e 84e6a4c.

A eleição sindical que possibilitou a eleição do Sr. JOMER LAURO DE ARRUDA ocorreu em decorrência da liminar deferida no bojo do Mandado de Segurança (0000019-44.2020.5.23.0000 – ID53799af - 0000072-98.2020.5.23.0008) pelo douto juiz convocado Aguiar Martins Peixoto que autorizou a realização das eleições pelo Sindicato réu, todavia registra-se que no mérito o mandado de segurança foi julgado improcedente, revogando a liminar deferida.

Nada obstante consumada a Eleição, o presente processo, assim como os demais que estão sendo julgado nesta decisão por conexão, tem como pedido a decretação da nulidade das comissões eleitorais, a nulidade dos editais de convocação, bem como a inelegibilidade de integrantes da chapa vencedora das eleições de modo que, em se acolhendo o pedido do autor, haverá prejuízo à legitimidade da atual diretoria do Sindicato réu.

É inquestionável que o artigo 8º, I da Constituição Federal proíbe a interferência e intervenção na organização sindical, contudo, a liberdade de criação e funcionamento das organizações sindicais não é tão ampla como pode fazer crer uma leitura mais descompromissada do referido texto constitucional. **Isso porque a autonomia da entidade sindical não pode jamais significar soberania, pois limitada pelo direito dos indivíduos e dos demais grupos sociais, incumbindo ao Estado velar por tal patrimônio imaterial da sociedade.**

Nesse diapasão, o simples fato de se tratar de entidade sindical, não significa a sua não submissão ao comando da lei e à apreciação de seus atos pelo Poder Público, sendo perfeitamente cabível o controle de legalidade dos seus atos.

É da Justiça Especializada do Trabalho a competência para julgar casos tais, haja vista a previsão constante no inciso III do art. 114 da Constituição Federal, que ao ultrapassar limites anteriores especificou a competência, inclusive, para processar e julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.

Na opinião abalizada de Mozart Victor Russomano, em sua obra Princípios Gerais de Direito Sindical, 2ª ed. Forense: 1998 RJ p. 73, mesmo no mais puro regime democrático, **o Estado tem o direito (e o dever, inclusive) de exercer vigilância sobre o comportamento dos sindicatos, em defesa de suas próprias finalidades sociais.** Desse modo, quando o sindicato descumprir os fins legais e estatutários que o justificam, não há como negar ao Estado competência para intervir na vida sindical, a fim de normalizar o seu funcionamento e ajustá-lo ao fiel desempenho de sua missão histórica.

Esta é a posição de Mozart Victor Russomano:

"O artigo 8º, *caput* e inciso I, declara que o Estado está proibido de intervir, por qualquer forma, na vida sindical. É de se entender essa norma, entretanto, como vedação — e o final do inciso I apoia esse entendimento — de ingerência do Poder Público na organização sindical ou no funcionamento da entidade de classe. **Não pode o preceito**

constitucional significar, obviamente, que o sindicato se subtraia às regras legais que sejam adotadas para discipliná-lo, as quais, entretanto, não poderão ferir sua legítima autonomia. E, além disso, não há como excluir a possibilidade de medidas judiciais que reprimam vícios e erros das administrações dos sindicatos". (grifos nossos)

O raciocínio acima transcrito nada mais representa do que a compatibilização de normas constitucionais, garantindo efetividade ao Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição (art. 5º, XXXV).

Em suma, o poder público não poderá intervir ou interferir na organização (entidade) sindical, via ato administrativo, contudo, poderá reprimir vícios e erros das administrações das organizações sindicais através de medidas judiciais, principalmente para submetê-las aos pressupostos do regime democrático, da legitimidade e da legalidade, como qualquer entidade de direito privado, bem como para resguardar a liberdade individual dos integrantes da categoria.

O cerne do imbróglio seria a suposta inelegibilidade de membros da atual gestão do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BARES, RESTAURANTES, PIZZARIAS, CHURRASCARIAS, LANCHONETES, BOATES, SORVETERIAS, MARMITARIAS, CONVENIÊNCIAS, CHOPERIAS, PEIXARIAS, FAST FOOD, COZINHAS COLETIVAS E BUFFETS O ESTADO DE MATO GROSSO –SINDECOMBARES-MT, o que no desenrolar dos fatos, restou, ao meu sentir, configurada.

O artigo 66, “c” do Estatuto de ID (9c1d8be) reza ser inelegível o associado que “tiver tido recusada as suas contas no exercício de cargo de administração sindical, mediante comprovação de dolo, excluindo-se atos políticos”.

O artigo 21, alíneas “j”, “k” e “l”, prevê como **competência da Diretoria**: Apresentar à assembleia geral o orçamento da receita e da despesa e as propostas de aplicação do capital inclusive suplementação orçamentária; organizar os relatórios das atividades desenvolvidas pelos diretores no ano anterior e apresenta-los às assembleias de prestação de contas; encaminhar as contas de cada exercício à assembleia geral para o seu julgamento.

Os artigos 48 e 49 do Estatuto, respectivamente, determinam: Art. 48. A diretoria do sindicato deverá organizar, por contabilista habilitado, observadas as instruções em vigor, a proposta do orçamento da receita e da despesa para o exercício seguinte, a qual, após parecer do conselho fiscal, deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, no quarto trimestre de cada ano; Art. 49. O balanço financeiro e patrimonial do exercício anterior, organizado segundo o que dispuser a legislação em vigor e o presente estatuto, após parecer de conselho fiscal, deverá ser submetido à aprovação da assembleia geral ordinária, no quarto trimestre de cada ano.

Consta da ata de audiência de ID4abaf4f, o depoimento do Sr. Nivercino Santana de Almeida declarou: “O depoente integrou a diretoria do SINDECOMBARES no período de 2007 a 2017, sendo que inicialmente atuou como suplente, não se recordando o cargo; que na última eleição, salvo engano 2015, foi eleito, juntamente com a diretoria para o cargo de membro do conselho fiscal; que à época o presidente do sindicato era o Sr. Sidnei

da Silva; quanto ao documento de fl. 131 dos autos o depoente afirma que nos últimos 05 anos que integrou o conselho fiscal do sindicato, não houve a prestação de contas ao respectivo conselho; relata que houve cobranças do depoente no sentido de entender necessária a prestação de contas, todavia a diretoria entendia de modo diferente e lhe questionava se estava desconfiando; que recebeu telefonema de um advogado, que até então não conhecia, solicitando documentos de prestação de contas do sindicato, sendo que o depoente informou que não havia prestação de contas e o advogado perguntou se ele poderia declarar por escrito, no que o depoente se comprometeu a fazê-lo, sendo assim redigiu a declaração de fl. 131 dos autos e reconheceu firma em cartório; que o referido advogado se identificou como alguém que estava tentando ajudar um grupo de empregados que tinha interesse em concorrer às eleições do sindicato. Sem perguntas pelas partes. Nada mais.

Ademais, ao meu sentir, despidiendia inclusive a oitiva do Sr. Nivercino Santana de Almeida, eis que já constava do caderno processual a Declaração de fl. 131 dos autos 0000898-61.2019.5.23.0001, onde afirmou categoricamente que desde sua posse em 12.01.2015 até a presente data (23.08.2019) a atual diretoria do SINDECOMBARES-MT não realizou nenhuma Assembleia de Prestação de Contas nos termos do artigos 48 e 49 do Estatuto e nem apresentou nenhum plano orçamentário ou balanço financeiro na forma do art. 49 do citado estatuto (...)

Resulta incontroverso nos autos, conforme Termo de Confissão do Sr. Sidnei da Silva, IDf7a7039 a ausência de prestação de contas durante a gestão 2015/2019, ao meu sentir, irrelevante a tentativa do réu de contornar tal irregularidade mediante ofício com outorga de prazo para apresentação, contratação de empresa especializada para auditoria, pois a obrigação de apresentação das contas enquadra-se no âmbito da competência da Diretoria do Sindicato, abrangendo ainda quanto ao dever de fiscalização os membros do Conselho Fiscal.

Resulta inexorável a conclusão, de que se trata de uma irregularidade insuperável, uma vez que o atual presidente **Sr. JOMER LAURO DE ARRUDA**, ocupava o cargo de vice presidente do sindicato na gestão 2015/2019 (IDbalf119) que incontroversamente não apresentou as contas durante o quadriênio de sua administração. Ademais, importante frisar que o Sr. JOMER LAURO DE ARRUDA, inclusive já ocupava o mesmo cargo na gestão passada 2010/2015, portanto exercia cargo de relevante importância na organização sindical e que tinha o dever de prestar contas ou de exigi-las.

O art. 530 da CLT, tem conteúdo semelhante à previsão do Estatuto do SINDECOMBARES (art. 66, “c”), no sentido de que não podem ser eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional, nem permanecer no exercício desses cargos: I – os que não tiverem definitivamente aprovadas as suas contas de exercício em cargos de administração;

Sendo assim, com fulcro no art. 530, I da CLT e art. 66, “c” do Estatuto do SINDECOMBARES-MT entendo que os diretores que compuseram a gestão 2015/2019 (ID3b070c4): **SIDNEI DA SILVA (Presidente)**, **JOMER LAURO DE ARRUDA (vice-presidente)**, **JOSÉ DA SILVA SANTANA (secretário geral e de organização)**, **JUSTINO MANOEL DE ARRUDA (secretário de finanças)**, bem como do seguintes

membros do CONSELHO FISCAL: NIVERCINO SANTANA DE ALMEIDA, ADILSON JOSÉ DA SILVA E MARIA SELMA PINHEIRO DA SILVA são inelegíveis, estando impedidos de concorrer a qualquer cargo em eventual eleição sindical pelo prazo de 8 (oito) anos, em aplicação analógica da Lei n. 8.429/92, Lei de Improbidade Administrativa, art. 12, I, motivo pelo qual acolho o pedido do autor e por consequência declaro a nulidade da Eleição realizada pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BARES, RESTAURANTES, PIZZARIAS, CHURRASCARIAS, LANCHONETES, BOATES, SORVETERIAS, MARMITARIAS, CONVENIÊNCIAS, CHOPERIAS, PEIXARIAS, FAST FOOD, COZINHAS COLETIVAS E BUFFETS O ESTADO DE MATO GROSSO – SINDECOMBARES-MT, consoante Edital de Publicação datado de 12.02.2020, página 6C do Jornal A GAZETA, ID 922ef80 dos autos 0000072-98.2020.5.23.0008, eis que há integrante que cuja inelegibilidade ora se declarou, a saber: JOMER LAURO DE ARRUDA (presidente).

Muito embora o Ministério Público tenha se posicionado acerca da inelegibilidade de FABIO JUNIOR GOMES DE FREITAS, não coaduno do mesmo entendimento porque era suplente do conselho fiscal na Gestão 2015/2019, motivo pelo qual entendo que sua atuação seria de forma supletiva na ausência de algum dos membros do conselho fiscal.

Para que não se alegue omissão, não se revela razoável e sequer consentânea com os primados constitucionais a alegação do sindicato réu de que a condição de inelegibilidade é a recusa de prestação de contas, quando sequer houve a apresentação destas. Nesse sentido, trago a baixa as ponderações cirúrgicas da Desembargadora relatora Dra. Eliney Veloso, no julgamento do Mandado de Segurança n. 00000019-44.2020.5.23.0000 (ID2ddf2cb dos autos n. 0000072-98.2020.5.23.0008):

(...) Afinal, sob o prisma da inafastabilidade da jurisdição (artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal), mesmo em se considerando o princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva, jamais poderia o juízo trabalhista omitir-se ao dever de manter a ordem e o respeito ao ordenamento jurídico, na medida em que, sob o prisma da boa técnica jurídica, **é questionável a decisão da comissão eleitoral que validou a candidatura do impetrante ao argumento de que (...) o Estatuto não dá inelegibilidade para quem não prestou contas, conforme artigo 66, “C”, que determina a inelegibilidade somente para quem tiver as contas recusadas”, visto ser fato inconteste que este omitiu-se dever de exibir as contas da gestão da qual participou.** Em outras palavras, defrontando-se a autoridade de primeiro grau com ato decisório, prima facie, ofensivo ao estatuto sindical sob viés lógico-jurídico – no tocante ao dever de prestar contas definido no art. 21, k e r (fl. 268/269) e às causas de inelegibilidade preconizadas no art. 66 (fls. 286/287) – e com o evidente risco de prejuízo ao postulante que se veria impedido de participar da eleição (perigo da demora), concluiu-se que era absolutamente legítimo o deferimento da liminar eu não esvaziou o objeto daquele demanda (art. 300, §3º, do CPC).

Ora, **chancelar a tese de que o Estatuto previu apenas a inelegibilidade a quem teve contas reprovadas – e não de quem não prestou contas – permitiria que um gestor ímprobo participasse, indefinidamente, das eleições sindicais, bastando furtar-se ao dever curial de demonstrar a Assembleia Geral a regularidade de sua administração.** É princípio Universal que todo aquele que administra recursos à conta achei a tem o dever de prestar contas e não poderia ser diferente nas entidades sindicais

profissionais, cujos recursos para defesa dos interesses da categoria são notoriamente, limitados. A persistir a interpretação a interpretação da comissão eleitoral, a deliberação da categoria, materializada na norma estatutária solenemente aprovada, estaria sendo severamente desrespeitada, visto haver evidências consistentes de que o impetrante furtou-se ao dever de, tempestivamente, prestar contas da gestão que participou à frente do SINDECOMBARES. (original sem destaque)

No que tange as irregularidades do processo eleitoral apontadas pelo autor, entendo que muito embora o réu tenha promovido a constituição de nova comissão eleitoral, formada pela Central Sindical, ID 88c74ae3 dos autos 0000072-98.2020.5.23.00008, com os seguintes membros: VILSON JOSÉ NEVES DA CRUZ (Presidente de mesa), MAURÍCIO DA COSTA (primeiro secretário), EDNER FERREIRA RODRIGUES (segundo secretário), MARCOS FERREIRA LIRA (PRIMEIRO FISCAL), WANDERLEY EDSON SEBASTIÃO COENGA (segundo fiscal), Dr. FERNANDO AKIYOSHI MORAES HAYASHIDA (primeiro testemunho), GELSON DOS SANTOS (segundo testemunho), EDIPO JULIÃO DE ALMEIDA (primeiro mesário) e LAERTE CEZARIO DE OLIVEIRA (segundo mesário), na mesma linha do que foi exposto pela ilustre desembargadora relatora do Mandado de Segurança acima referido, Dra. Eliney Veloso, é no mínimo questionável a atuação da comissão de eleição formada pela FORÇA SINDICAL, na medida que indeferiu o registro da CHAPA RENOVACÃO por motivos plenamente sanáveis, a exemplo do integrante Jesuíno Domingos que foi indeferido por apresentação de cópia de CPF não autenticada... enquanto que homologou o registro da chapa CONTINUIDADE E TRABALHO, sem qualquer ressalva, embora seus integrantes tenham participado da gestão 2015/2019 que incontestavelmente não apresentou suas contas.

Ademais, o autor, em sua petição inicial lista diversas outras condições que indicam a não satisfação das condições de elegibilidade pelos integrantes da CHAPA CONTINUIDADE E TRABALHO, nos autos - 0000072-98.2020.5.23.0008 relata que há candidatos da chapa homologada que são representados pelo SINDECOMBARES SUL, bem como que o Sr. Jomer Lauro de Arruda apresentou comprovante de residência em Rondonópolis, que a empresa a qual comprovou o vínculo está “baixada” perante a Receita Federal, bem como fechada conforme fotos que apresentada, bem como atua como pastor evangélico e tem uma empresa aberta em Rondonópolis a GASTRO DO CHEF – Jomer Lauro de Arruda (CNPJ 25.099.439/0001-44), sendo portanto representante da categoria econômica e não laboral; muito embora não caiba a este juízo valorar tais impugnações, também constato que não houve qualquer impugnação pelos réus quanto as alegações formuladas.

Enfim, sem obediência as garantias constitucionais, como contraditório, ampla defesa e a publicidade das documentação aos interessados, garantindo-se a transparência dos procedimentos do processo eleitoral, dando publicidade aos documentos apresentados reciprocamente pelas partes, para emprestar subsídios a eventuais impugnações, enfim, há muito que o STF já decidiu que *os direitos fundamentais assegurados pela Constituição vinculam diretamente não apenas os poderes públicos, estando direcionados também à proteção dos particulares em face dos poderes privados. A ordem jurídico-constitucional brasileira não conferiu a qualquer associação a possibilidade de agir à revelia dos princípios inscritos nas leis e, em especial, dos postulados que têm por fundamento direto o próprio texto da Constituição da República, notadamente em tema de proteção às liberdades e garantias fundamentais. O espaço de autonomia privada*

garantido pela Constituição às associações não está imune à incidência dos princípios constitucionais que asseguram o respeito aos direitos fundamentais de seus associados. A autonomia privada, que encontra claras limitações de ordem jurídica, não pode ser exercida em detrimento ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros, especialmente aqueles positivados em sede constitucional, pois a autonomia da vontade não confere aos particulares, no domínio de sua incidência e atuação, o poder de transgredir ou de ignorar as restrições postas e definidas pela própria Constituição, cuja eficácia e força normativa também se impõem, aos particulares, no âmbito de suas relações privadas, em tema de liberdades fundamentais. (RE 201819, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Relator(a) p/ Acórdão: Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 11/10/2005, DJ 27-10-2006 PP-00064 EMENT VOL-02253-04 PP-00577 RTJ VOL-00209-02 PP-00821)

É a hipótese vertente, pois a atuação da comissão eleitoral tem se furtado da observância dos direitos constitucionais fundamentais, como o contraditório e ampla defesa. Ademais, deve-se estimular a ampla participação de interessados no processo de eleições sindicais, oportunizando-se, ao menos em uma ocasião o saneamento de irregularidades formais, a exemplo do CPF não apresentado em cópia autêntica.

Por corolário, e conformando o provimento pleiteado com as circunstâncias do caso em concreto, invocando as disposições do artigo 497 do CPC (tutela específica), delibero e determino:

Acolho o pedido do autor para DETERMINAR a constituição de **COMISSÃO ELEITORAL** para dar início ao procedimento eletivo do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BARES, RESTAURANTES, PIZZARIAS, CHURRASCARIAS, LANCHONETES, BOATES, SORVETERIAS, MARMITARIAS, CONVENIÊNCIAS, CHOPERIAS, PEIXARIAS, FAST FOOD, COZINHAS COLETIVAS E BUFFETS O ESTADO DE MATO GROSSO – SINDECOMBARES-MT, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a ser, indicada pela FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE MATO GROSSO - FETRATUH, a que está vinculado o SINDICATO RÉU, **obedecendo a seguinte formação, conforme art. 56 do Estatuto:**

1. Um representante de cada chapa inscrita;
2. Um representante do sindicato;
3. Um representante indicado pela categoria profissional;
4. Um assessor jurídico da entidade;
5. Um assessor contábil da entidade;
6. Um diretor da federação de grupo a que esteja filiada à entidade;

Parágrafo Primeiro – Os representantes das chapas concorrente deverão ser obrigatoriamente candidatos ao pleito a ser indicados, quando do pedido de inscrição.

Parágrafo segundo – O representante do sindicato será escolhido pela diretoria entre trabalhadores sindicalizados que não concorram na eleição e que nela não tenham qualquer interesse.

Parágrafo terceiro – O representante da categoria profissional será escolhido entre trabalhadores sindicalizados, em assembleia a ser convocada para o dia de encerramento

das inscrições de chapa, em horário posterior a lavratura da ata de encerramento do prazo de inscrição.

Parágrafo quarto – A indicação do assessor jurídico, com no mínimo 10 (Dez) anos de exercício profissional recairá sobre o profissional liberal responsável pelo departamento jurídico da entidade, podendo delegar competência.

Parágrafo quinto – A indicação do assessor contábil recairá sobre o profissional liberal responsável pelo departamento contábil da entidade, podendo delegar competência.

Parágrafo sexto – A indicação do diretor da Central Sindical será por ela feita, mediante provocação.

Parágrafo sétimo – A indicação da Federação de grupo será por ela feita, mediante provocação.

Parágrafo oitavo – A falta de indicação pelas chapas concorrentes, centrais, federação de grupo ou não aceitação pelos profissionais liberais não inviabiliza a formação da comissão eleitoral.

O não atendimento da obrigação de fazer nas condições ora deliberadas, acarretará a incidência de multa no importe de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

No que tange as demais alegações do autor, a exemplo da ausência de publicidade do edital de convocação das eleições pela publicação no Diário de Cuiabá e não na Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, resulta prejudicada pela decisão de mérito que determinou a nulidade das eleições realizadas e a determinação da constituição de nova comissão eleitoral e deflagração de novas eleições.

Quanto a alegação de que houve extrapolação do prazo do mandato conforme estipulado pelo Estatuto, realmente houve flagrante desrespeito aos termos estatutários, o que corrobora minha convicção quanto a prática de reiteradas ilegalidades pela gestão que se encontra na administração sindical, todavia, também entendo prejudicada a insurgência pelas determinações objeto da presente decisão.

Traslade-se cópia da presente decisão para os demais processos: 0000070-28.2020.5.23.0009, 0000072-98.2020.5.23.0008 e 0000706-52.2019.5.23.0001.

Considero prejudicadas as pretensões deduzidas na Ação de Obrigação de Não Fazer c/c Concessão de Liminar n. 0000706-52.2019.5.23.0001, bem como na Ação de Obrigação de Fazer c/c Tutela de Urgência n. 0000070-28.2020.5.23.0009 e na Ação de Impugnação de Chapa c/c Tutela de Urgência n. 0000072-98.2020.5.23.0008, uma vez que o conteúdo mais amplo do presente feito abrange as pretensões inicialmente deduzidas nos processos mencionados.

As determinações desta sentença possuem natureza mandamental de modo que são concedidas em decisão de antecipação dos efeitos da tutela, pois os requisitos do artigo 311 do CPC permanecem presentes, conforme já julgado Quando da medida liminar (IDfb53a4a), devendo essa decisão ser cumprida pelos réus, independentemente de recurso ou transito em julgado.

2.4 JUSTIÇA GRATUITA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Defiro o pedido de justiça gratuita à parte reclamante, pois colacionou declaração de hipossuficiência, motivo pelo qual concluo que sua remuneração é inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (**R\$ 2.440,42**), nos termos do artigo 790, parágrafo 3º da CLT.

No que tange aos honorários de advogado, o 791-A da CLT, originado da Lei 13.467/2017, introduziu no processo do trabalho a previsão de honorários advocatícios sucumbenciais, superando os entendimentos anteriormente consolidados nas Súmulas 219 e 329 do TST.

Assim, condeno os réus, solidariamente, ao pagamento de honorários sucumbenciais em favor do advogado da parte autora no valor de R\$1.000,00 (mil reais).

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTES** os pedidos formulados na ação (**RT 0000898-61.2019.5.23.0001**) proposta pela autor **CARLOS EDUARDO NUNES ARRUDA** em face dos réus: 1º) Comissão Eleitoral do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BARES, RESTAURANTES, PIZZARIAS, CHURRASCARIAS, LANCHONETES, BOATES, SORVETERIAS, MARMITARIAS, CONVENIÊNCIAS, CHOPERIAS, PEIXARIAS, FAST FOOD, COZINHAS COLETIVAS E BUFFETS O ESTADO DE MATO GROSSO – SINDECOMBARES-MT e 2º) SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BARES, RESTAURANTES, PIZZARIAS, CHURRASCARIAS, LANCHONETES, BOATES, SORVETERIAS, MARMITARIAS, CONVENIÊNCIAS, CHOPERIAS, PEIXARIAS, FAST FOOD, COZINHAS COLETIVAS E BUFFETS O ESTADO DE MATO GROSSO – SINDECOMBARES-MT, para:

a) **DECLARAR INELEGÍVEIS**, com fulcro no art. 66, “c” do Estatuto do SINDECOMBARES-MT os diretores e conselheiros que compuseram a gestão 2015/2019 (ID3b070c4): **SIDNEI DA SILVA (Presidente)**, **JOMER LAURO DE ARRUDA (vice-presidente)**, **JOSÉ DA SILVA SANTANA (secretário geral e de organização)**, **JUSTINO MANOEL DE ARRUDA (secretário de finanças)**, **bem como do seguintes membros do CONSELHO FISCAL: NIVERCINO SANTANA DE ALMEIDA, ADILSON JOSÉ DA SILVA E MARIA SELMA PINHEIRO DA SILVA**, estando estes impedidos de concorrer a qualquer cargo em eventual eleição sindical pelo prazo de 8 (oito) anos, em aplicação analógica da Lei n. 8.429/92, Lei de Improbidade Administrativa, art. 12, I;

b) **DECLARAR A NULIDADE** da Eleição realizada pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BARES, RESTAURANTES, PIZZARIAS, CHURRASCARIAS, LANCHONETES, BOATES, SORVETERIAS, MARMITARIAS, CONVENIÊNCIAS, CHOPERIAS, PEIXARIAS, FAST FOOD, COZINHAS COLETIVAS E BUFFETS O ESTADO DE MATO GROSSO – SINDECOMBARES-MT, consoante Edital de Publicação datado de 12.02.2020, página 6C do Jornal A GAZETA, ID 922ef80 dos autos 0000072-98.2020.5.23.0008, eis que há

integrante da gestão 2015/2019 que cuja inelegibilidade foi declarada, a saber: JOMER LAURO DE ARRUDA (presidente);

c) DETERMINAR a constituição de **COMISSÃO ELEITORAL** para dar início ao procedimento de eleições do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BARES, RESTAURANTES, PIZZARIAS, CHURRASCARIAS, LANCHONETES, BOATES, SORVETERIAS, MARMITARIAS, CONVENIÊNCIAS, CHOPERIAS, PEIXARIAS, FAST FOOD, COZINHAS COLETIVAS E BUFFETS O ESTADO DE MATO GROSSO – SINDECOMBARES-MT, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a ser indicada pela FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE MATO GROSSO - FETRATUH, a que está vinculado o SINDICATO RÉU, **obedecendo a seguinte formação, conforme art. 56 do Estatuto.**

Tudo conforme a fundamentação precedente que integra o presente dispositivo para todos os efeitos legais.

Traslade-se cópia da presente decisão para os demais processos: 0000070-28.2020.5.23.0009, 0000072-98.2020.5.23.0008 e 0000706-52.2019.5.23.0001.

Considero prejudicadas as pretensões deduzidas na Ação de Obrigação de Não Fazer c/c Concessão de Liminar n. 0000706-52.2019.5.23.0001, bem como na Ação de Obrigação de Fazer c/c Tutela de Urgência n. 0000070-28.2020.5.23.0009 e na Ação de Impugnação de Chapa c/c Tutela de Urgência n. 0000072-98.2020.5.23.0008, uma vez que o conteúdo mais amplo do presente feito abrange as pretensões inicialmente deduzidas nos processos mencionados.

As determinações desta sentença possuem natureza mandamental de modo que são concedidas em decisão de antecipação dos efeitos da tutela, pois os requisitos do artigo 311 do CPC permanecem presentes, conforme já julgado Quando da medida liminar (IDfb53a4a), devendo essa decisão ser cumprida pelos réus, independentemente de recurso ou transito em julgado.

Custas pelos réus, conforme art. 789, "caput", da CLT, no importe de R\$200,00, calculadas sobre o valor da causa que ora fixo a título de condenação (R\$10.000,00), eis que as obrigações não tem necessariamente um conteúdo pecuniário, pois são exclusivamente de conteúdo mandamental.

Intimem-se as partes. Inclusive o MPT que atua no feito como custos legis e a FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE MATO GROSSO – FETRATUH.

CUIABA/MT, 26 de agosto de 2020.

DAYNA LANNES ANDRADE
Juiz(a) do Trabalho Substituto(a)